

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES COMO PAUTA NECESSÁRIA.

Graciane Bessa de Freitas Ribeiro, Reginaldo Peixoto, Rosimeire Cecato, Noéle Carla de Caires Silva, Natália Bearare de Freitas. PGEDU/UEMS-Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, 34008612866@academicos.uems.br, reginaldo.peixoto@uems.br, rosimeicecato@gmail.com, cecato@gmail.com, 36881480881@academicos.uems.br, nabearare@gmail.com,

Eixo Temático: 9) Formação de Professores

PUBLIC POLICIES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION: CONTINUING TEACHER EDUCATION AS A NECESSARY AGENDA

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar um breve histórico das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a fim de responder a seguinte questão: Qual relevância as políticas públicas implantadas tiveram e têm sobre a formação continuada de professores desta modalidade? Para isso recorrer-se-á ao marco histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com o Movimento de Educação Popular e outros desdobramentos como o MOBRAL de 1967; Fundação EDUCAR de 1985; Constituição Federativa do Brasil de 1988; LDBEN 9394/1996; Programa Brasil Alfabetizado de 2003; PROEJA de 2006; Plano Nacional de Educação 2014-2024 e Pacto EJA de 2024. O estudo se baseia na pesquisa bibliográfica, com a obra de Paulo Freire (1967); na pesquisa documental para compreensão das políticas públicas implantadas. Após a análise dos documentos e o diálogo com a obra de Paulo Freire, concluir-se-á que, embora as políticas públicas tenham apresentado mudanças significativas, a formação continuada aos professores que atuam nesta modalidade de ensino, permaneceu, grande parte desta trajetória, de forma secundária e descontinuada. Observa-se, no entanto, que somente nas políticas mais recentes ela passa a ser considerada uma condição estratégica para assegurar o atendimento das especificidades desta modalidade de ensino. Para diálogo com Freire (1967), serão apresentados autores como Haddad; Di Pierro (2000), Soares (2006), Tardif (2014), Arroyo (2017) e Nóvoa (2019).

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos; Formação Continuada de Professores.

Abstract: This study aims to present a brief historical overview of public policies directed toward Youth and Adult Education in Brazil, in order to answer the following question: What relevance have the public policies implemented had and continue to have for the continuing education of teachers working in this educational modality? To this end, the historical framework of Youth and Adult Education in Brazil will be examined, considering the Popular Education Movement and its subsequent developments, such as MOBRAL (1967); the EDUCAR Foundation (1985); the Brazilian Federal Constitution of 1988; the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN No. 9,394/1996); the Brazil Literacy Program (2003); the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (PROEJA, 2006); the National Education Plan (2014–2024); and the EJA Pact (2024).

The study is based on bibliographic research, with emphasis on the work of Paulo Freire (1967), as well as documentary research aimed at understanding the public policies implemented. After analyzing the documents and establishing a dialogue with Freire's work, it is concluded that, although public policies have brought significant changes, the continuing education of teachers who work in this educational modality has remained, throughout much of this trajectory, secondary and discontinuous. However, it can be observed that only in more recent policies has teacher continuing education begun to be considered a strategic condition for ensuring the fulfillment of the specific needs of this educational modality. To establish a dialogue with Freire (1967), contributions from authors such as Haddad and Di Pierro (2000), Soares (2006), Tardif (2014), Arroyo (2017), and Nóvoa (2019) will be presented.

Keywords: Public Policies; Youth and Adult Education; Continuing Teacher Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho fez parte de uma etapa de busca de informações para complementar a pesquisa em andamento ao Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba. A pesquisa em questão tem como objeto de estudo a formação continuada dos professores que atuam na educação prisional. Neste contexto prisional a modalidade de ensino ofertada é a Educação de Jovens e Adultos, assim este artigo tem como finalidade promover o estudo das políticas públicas implementadas para esta modalidade de ensino no Brasil, buscando refletir sobre as políticas e o impacto sobre a formação continuada de professores.

Dar-se-á início tratando do Movimento de Educação Popular descrita no livro Educação como prática de liberdade de Paulo Freire, mesmo não sendo uma Política Pública teve um marco histórico relevante para esta Modalidade de Ensino.

A primeira política pública nacional voltada à alfabetização de jovens e adultos foi o MOBRAL (Movimento Brasileiro de alfabetização), criado pelo Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, durante o regime militar, porém foi instituído oficialmente em 1968. O principal objetivo era diminuir a taxa de analfabetismo por meio da alfabetização funcional e a educação continuada. Embora tenha ampliado o acesso à alfabetização o programa foi alvo de crítica por apresentar altos índices de evasão, resultados quantitativos em detrimento à qualidade da aprendizagem e possuir uma proposta pedagógica tradicional oposta à defendida por Paulo Freire.

Com a redemocratização do país, o Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985 redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL, alterando sua denominação e dando providências à Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar.

Observa-se na Constituição Federal de 1988 o fortalecimento da educação como um direito de todos, configurando-se como um dever do Estado e da família a garantia de acesso, assegurando a oferta principalmente aqueles e aquelas que não tiveram acesso na idade própria, dando uma visibilidade maior à Educação de Jovens e Adultos.

Mas é no ano de 1996 com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 que a Educação de Jovens e Adultos se consolida como Modalidade de Ensino, conferindo uma especificidade no atendimento educacional da EJA. Porém com a criação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 (FUNDEF) com a destinação dos recursos financeiros exclusivos para o Ensino Fundamental regular, observa-se certa negligência do poder público para com jovens e adultos no âmbito educacional.

Após sete anos da caracterização como Modalidade de Ensino, a Educação de Jovens e Adultos somente obtém visibilidade com a instituição do Decreto 4.834, de 8 de fevereiro de 2003, com a implantação do Programa Brasil alfabetizado que emerge com duas necessidades essenciais, atender à Política Nacional estabelecida pelo Plano Nacional de Educação decênio 2001/2010 em consonância ao atendimento aos compromissos com os organismos multilaterais e compromisso social de garantia dos direitos ao acesso à educação do jovens e adultos brasileiros.

O PROEJA regulamentado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, vincula a Educação de Jovens e Adultos à educação profissionalizante, assumindo tal modalidade como um campo de conhecimento específico que exige uma formação de professores que corresponda à esta especificidade.

Mas é aproximadamente após sessenta e quatro anos que é implementada uma política pública com a concepção da educação popular. O Pacto EJA (Programa Nacional Superação do Analfabetismo e Qualificação Profissional de Jovens e Adultos) por meio do Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024, com finalidade de diminuir as taxas de analfabetismo no país, ampliação de matrícula, a formação específica aos professores que atuam nesta Modalidade de ensino sob uma perspectiva da educação popular.

Tendo em vista que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, e está inserida em um contexto específico de atuação profissional, observa-se que muitas políticas públicas foram implementadas, porém poucas delas sistematizaram um programa de formação continuada específica aos professores. Portanto o presente estudo busca refletir sobre a seguinte

questão: Qual relevância as políticas públicas implementadas têm sobre a formação continuada dos professores que atuam nesta modalidade de ensino?

Para responder esta problematização de pesquisa utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica para fundamentar as ideias e reflexões apresentadas e pesquisa documental, por meio da análise das legislações implementadas e documentos norteadores das políticas públicas.

Após a análise dos documentos e o diálogo com a obra do patrono da EJA – Paulo Freire, concluir-se-á que, embora as políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos tenham apresentado mudanças significativas desde o movimento da Educação Popular até o atual programa Pacto EJA, a formação continuada aos professores que atuam nesta modalidade de ensino, permaneceu, grande parte desta trajetória, de forma secundária e descontinuada. Observa-se, no entanto, que somente nas políticas mais recentes ela passa a ser considerada uma condição estratégica para assegurar o atendimento das especificidades desta modalidade de ensino.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É observável pelos dados estatísticos do IBGE que os índices de alfabetização entre pessoas de quinze anos ou mais em nosso país tem aumentado gradativamente ao longo dos anos, mas o número de pessoas que não concluíram a Educação Básica ainda é muito expressivo, contabilizando 63,9 milhões, onde 37,3 % se refere à população de quinze anos ou mais, dados obtidos no relatório anual nacional da Rede EJA e Inclusão Produtiva da Fundação Roberto Marinho (2026).

Promover o acesso à escola a estes sujeitos de direitos é oportunizar a eles que se apropriem da cultura humana, mas para integrá-lo à sociedade é preciso ir muito mais além, é preciso desenvolver a consciência para que deixem de ser objetos e números estatísticos para se tornarem sujeitos de sua própria história. De acordo com Freire (1967, p.36), “a conscientização da massa através da educação os coloca numa postura de autorreflexão e de reflexão de seu próprio tempo e espaço”.

Portanto trabalhar com jovens e adultos requer uma especificidade para além da decodificação de letras. As pessoas que chegam à idade adulta sem estarem alfabetizadas evidenciam uma desigualdade de acesso à cultura humana onde as condições particulares determinam uma construção subjetiva que os marginaliza ao conhecimento universal (PASQUALINI E MARTINS,

2015 p. 365). Nestas perspectivas os saberes docentes tornam-se fundamentais para integrar esses jovens e adultos à sociedade por meio do conhecimento.

Para isso é preciso uma formação docente robusta, consciente da necessidade de ir além da decodificação. Nessas perspectivas apresentar-se-á as principais políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos estabelecendo reflexões acerca da formação continuada de professores nesta modalidade de ensino.

Um marco histórico muito importante na educação de jovens e adultos foi o Movimento de Educação Popular, que mesmo não sendo uma política pública, teve uma forte influência sobre a perspectiva do olhar sobre aqueles e aquelas que por muitos anos tiveram suas vozes silenciadas por serem considerados massa de manobra para a classe dominante.

Este movimento foi liderado por Paulo Freire na década de 60, tendo como foco os adultos não alfabetizados que compunham na época um grande percentual estatístico. Baseado nos círculos de cultura, buscavam dialogar sobre o processo de democratização para diminuir a ignorância, ignorância esta que não se referia apenas ao analfabetismo, mas a inexperience de participação democrática, (FREIRE, 1967 p.102). Baseado em um discurso horizontal, promoviam o diálogo e reflexão, contextualizando o processo de aquisição da leitura e escrita à realidade dos alfabetizando, promovendo a transição da consciência ingênua para consciência crítica.

É próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade. Toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde a uma ação. Se a compreensão é crítica, a ação também será [...] Educação contextualizada, instrumental, levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito (FREIRE, 1967 p. 106).

Desenvolver o pensamento crítico não era interessante para os reacionários, grupo da classe dominante da época que observava o seu poder ameaçado diante de uma massa popular que ao se apropriar da cultura da leitura e escrita e estar inserida num processo de democratização cultural deixa apenas de estar na sociedade passando a ser parte dela, enfraquecendo a influência hegemônica sobre a massa popular.

Com o golpe militar no ano de 1964, o movimento de educação popular sofre uma severa ruptura, uma sociedade em transição do silenciamento popular para a ativa participação social passa a sofrer uma repressão das autoridades da época, pois a ascensão da consciência ingênua para crítica promovida pelo movimento não era de interesse social, político e econômico, o que levou ao fim de uma iniciativa do governo Goulart de implantar tal experiência exitosa para todo o país (FREIRE, 1967, p. 48).

Mesmo diante da atuação do movimento de educação popular, os altos índices de analfabetismo persistiam, pois, o movimento atendeu regiões específicas, não tendo uma ampla atuação nacional. Tais índices foram causas de inquietação para as autoridades da época, segundo Haddad e De Pierro (2000, p. 114) “seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se construir a comunidade nacional e internacional”.

Havia, portanto, a necessidade de elaborar estratégias deste novo modelo socioeconômico implementado pelo regime militar que atendesse aos interesses hegemônicos. Assim é instituído o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

De acordo com esta lei, assegurar-se-á aos jovens e adultos a alfabetização funcional e a educação continuada. Esta Política Pública perdurou-se por um longo período no Brasil, vigente até o ano de 1985. Implantada no período do golpe militar, esta política pública apresentava divergências em relação ao Movimento de Educação Popular, os materiais de alfabetização eram padronizados, desconsiderando a realidade específica dos alunos, o ensino estava voltado para decodificação e não para o desenvolvimento do pensamento crítico, focado em atender um quantitativo de analfabetos em detrimento à qualidade de ensino, contribui para o aumento do analfabetismo funcional no país.

Haddad e Di Pierro (2000, p. 114) afirmam que “o MOBRAL começa a se distanciar da proposta inicial, lançando-se então em uma campanha de massa, passando a se configurar como um programa que, por um lado, atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e, por outro, atendesse aos objetivos políticos dos governos militares”.

Com a redemocratização do país, em 1985 são redefinidos os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL com o a instituição do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, passando a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente.

De acordo com Souza Junior (2012, p. 176) a redenominação de MOBRAL para Educar simplesmente demonstrou certo descaso do governo com a alfabetização de adultos, tendo em vista

os estudos e críticas sobre o MOBRAL a simples reorganização de uma instituição que não atendeu efetivamente a “clientela” de adultos da época.

Em 1988 com a Constituição Federal a lei garante que é dever do Estado com a Educação, assegurar a oferta gratuita do ensino a todos que não tiveram acesso na idade própria, ofertando ao aluno trabalhador a oportunidade do ensino regular no período noturno.

No ano de 1996 com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 além de garantir à educação as pessoas que não tiveram acesso na idade própria, a Educação de Jovens e Adultos se consolida como uma modalidade de ensino, conferindo uma subjetividade na oferta e atendimento.

Mesmo se tornando uma modalidade de ensino instituída pela LDBEN, com a criação do FUNDEF em 1996, o foco do financiamento da educação destina-se exclusivamente ao ensino regular de crianças e jovens, excluindo a Educação de Jovens e Adultos do repasse financeiro, ocasionando a marginalização desta modalidade, o que perdurou até a criação do FUNDEB em 2007.

Neste intervalo de tempo é instituído no ano de 2003 o Programa Brasil Alfabetizado, impulsionado pelos organismos internacionais em diminuir as taxas de analfabetismo no país (GONÇALVES, 2024, p. 72) o programa tinha como objetivo promover e apoiar ações de alfabetização de jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos, por intermédio de fomento destinado aos municípios, estados e distrito federal para financiamento de bolsas à voluntários que atuariam como alfabetizadores, uma precarização do ensino pela ausência de qualificação essencial.

Com o objetivo de integrar educação básica da EJA à formação profissional, o PROEJA 2006 é instituído pelo Decreto nº 5.840, com finalidade de oportunizar aos jovens e adultos a conclusão dos estudos simultaneamente à qualificação para o trabalho. Diferente do Programa Brasil Alfabetizado, esta política pública configura-se de uma forma mais sistematizada ao atendimento educacional, onde visa a qualificação dos docentes ao invés do trabalho voluntariado.

Com a instituição do Plano Nacional de Educação – PNE, decênio 2014-2024, duas metas são destinadas exclusivamente para a Educação de Jovens e Adultos, visando a ampliação das matrículas nesta modalidade de ensino para o mínimo de 25%, elevação da taxa de alfabetização para 93,5% e redução de 50% da taxa de analfabetismo funcional, bem como a oferta destas matrículas vinculadas à educação profissional.

Mas é quase ao término de vigência do Plano Nacional de Educação que é instituído o Pacto EJA (Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e

Adultos) pelo Decreto 12.048, de 05 de junho de 2024, que visa além da ampliação da oferta de matrículas e diminuição dos índices de analfabetismo a formação docente específica para os professores que atuam nesta modalidade de ensino.

3 FORMAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao estudar a bibliografia e documentos a partir das políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos implantadas a partir da década de 60, observa-se que esta modalidade de ensino passou por mudanças históricas tanto em relação as considerações dos sujeitos que a integra quanto à concepção da formação dos professores que atuam.

Nesta década a Educação de Jovens e Adultos emerge em uma sociedade em transição econômica e política a partir dos movimentos de educação popular, neste momento histórico a necessidade educacional estava vinculada a resolver o problema do analfabetismo no país, além de alfabetizar era necessário conscientizar a massa popular para participação social.

Esses movimentos populares fundamentavam-se nos círculos de cultura mediado pelas Universidades, portanto a formação dos profissionais que atuavam nestes movimentos era crítica, contrapondo a educação bancária, com finalidade de promover a democratização cultural e integrar os sujeitos à sociedade em que prevalecia desde o período colonial a inexperiência democrática.

[...] com o excelente resultado obtido num período de seis meses com os Círculos de Cultura, levaram-nos a refletir que estas mesmas práticas com a alfabetização de adultos teria o mesmo resultado, pensando a alfabetização ao homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, numa promoção de transitividade da consciência ingênua para consciência crítica [...] este trabalho teve a colaboração da equipe de Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife (FREIRE, 1967, p. 103 e 104).

Com a ditadura militar, esta concepção de formação é vista como uma ameaça ao sistema político vigente e perpassando pela implantação do MOBRAL, Fundação EDUCAR, a formação torna-se totalmente contraditória ao movimento popular, baseado em um ensino padronizado, sem considerar as subjetividades. Com uma visão de que qualquer pessoa poderia ser alfabetizadora, este período é marcado pelo voluntariado, formações aligeiradas e a precarização da profissão dos professores.

[...] iniciativas governamentais em formato de campanhas, como a Campanha Nacional de Adolescentes e adultos MOBRAL 1969-1985 imprimiu sua marca nesse campo com a ideia de qualquer um pode alfabetizar jovens e adultos em curto tempo, sem necessitar de preparação. O voluntariado, o aligeiramento, a precariedade, a improvisação e a ideia de que educar é preparar para o trabalho. (SOARES, 2016, p. 252).

Com a redemocratização do país e a instauração da Constituição Federal de 1988 a educação se constitui como um direito de todos e dever do Estado e da família, previsto no artigo 205. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/ 1996 a Educação de Jovens e Adultos passa a se constituir como Modalidade de Ensino conferindo uma especificidade de atendimento. Atender de forma específica requer formação especializada, o que não foi possibilitado com êxito, pois tendo prioridade a Educação Infantil e Ensino Fundamental, a formação inicial era focada no desenvolvimento da criança e adolescente e a forma de ensinar não correspondia às necessidades dos jovens e adultos “banidos” da escola pelo fracasso escolar, vida e trabalho ou por não se encaixar neste sistema padronizado, logo se não houve formação inicial, também compromete a formação continuada, que se constitui na prática, mas necessita de um aporte teórico para se fundamentar.

Como recuperar a teoria pedagógica na formação de educadores da EJA? Como ir além do pensamento pedagógico da infância? A EJA é um canteiro rico para construir o pensamento pedagógico que vá além do pensamento da infância e da adolescência. A Pedagogia de jovens e adultos tem que partir dos sujeitos que têm voz, indagações, que participam do processo de formação (ARROYO, IN: SOARES, 2006, P.26).

De acordo com Nóvoa (2019, p. 10) o ciclo do desenvolvimento profissional completa-se com a formação continuada. Face à dimensão dos problemas e aos desafios atuais da educação precisamos, mais do que nunca, reforçar as dimensões coletivas do professorado, mas no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, como é possível complementar algo que não foi iniciado?

Segundo Di Pierro e Graciano (2003, p. 18) na década de 90 a parceria entre sociedade civil e Estado referente à educação de jovens e adultos acaba por envolver organizações comunitárias e religiosas nos movimentos de alfabetização, neste tipo de parceria acaba que a responsabilidade da garantia dos direitos universais é transferida para sociedade civil, que por sua vez, não tem estrutura para responder à esta demanda.

O Programa Brasil Alfabetizado implantado em 2003, em decorrência do Plano Nacional de Educação, decênio 2001-2011, ainda apresenta esse caráter precário no que se refere à Educação de Jovens e Adultos. O programa é conduzido pelo Ministério da Educação – MEC que se apresenta em detrimento das próprias diretrizes e legislações, conforme argumenta Bezerra e Machado (2006, p. 69) pessoas com formações de nível médio de escolarização (sem se quer o Magistério Normal) ou até em alguns casos apenas com nível fundamental são formadores.

No âmbito do PROEJA 2006, a Educação de Jovens e Adultos com a Educação profissionalizante, a formação continuada de professores aconteceu de forma mais sistematizada, por meio da oferta de cursos organizados pela Secretaria Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, com oferta de cursos de formação na modalidade EaD, seminários, especialização em EJA e fomento para o desenvolvimento de pesquisas com o tema EJA (MARINHO, VIEIRA E CASTAMAN, 2020, p.100).

Com o advento do Plano Nacional da Educação decênio 2014-2024, na meta 2, estratégias 2.1 e 2.2 citam-se a necessidade de uma proposta de direitos e objetivos de aprendizagem que configurem um Base Nacional Comum Curricular-BNCC, que passa a ser norteadora do currículo bem como dos processos formativos, notavelmente observado na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que se refere à formação inicial e na Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 que se refere à formação continuada, esse caráter padronizado e homogeneizado de tratar os sujeitos tanto sobre o currículo quanto a formação de professores, acaba por reforçar ainda mais as desigualdades presentes na escola.

[...] as diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e formação continuada do docente da Educação Básica operam numa racionalidade neoliberal que produz subjetividade docentes e discentes alinhados as regras do mercado. [...] A formação continuada neste formato, confere a responsabilização do docente pelo seu desempenho, pela sua autoformação. [...] o perfil docente esperado é o prático, sem aporte teórico para refletir sobre a realidade e questioná-la (CARVALHO, 2025 p. 12-15).

Como observado em Tardif (2014, p. 12) o autor se refere ao saber dos professores como um saber social, porque é partilhado por um grupo de professores, que possui uma formação comum e trabalha numa mesma organização. Portanto as fragilidades pelas quais sempre foi se constituindo a formação dos professores da EJA, não conferem identidade a estes profissionais, pois esta modalidade de ensino historicamente foi vista de forma secundária.

Numa perspectiva mercadológica e neoliberal a educação de jovens e adultos sempre está vinculada à formação do educando para atender às demandas do mercado por meio do trabalho, trabalho que por sua vez se constitui como uma atividade humana que ao não ser alienadora é uma atividade de formação. Ao se referir à esta Modalidade de Ensino se faz necessário considerar que os sujeitos que a compõe estão imersos na atividade trabalho, portanto é necessário que os docentes se apropriem deste conhecimento para que possam reconhecer os processos de formação que o trabalho traz e como os trabalhos precarizados afetam a construção da identidade e os processos de

humanização-desumanização (ARROYO, 2017, p. 3). Tal consideração tem relevância tanto para formação docente como discente.

Como citado no início deste artigo, a educação de jovens e adultos emerge na década de 60 com o movimento de educação popular, mas não se consolida como uma política pública. Mas no ano de 2024 com o Pacto EJA, destaca-se o desenvolvimento de um curso pioneiro em nível federal para formação continuada em serviço de professores desta modalidade de ensino, sendo um marco na implementação de políticas públicas fundamentada na Educação Popular. Este curso de formação continuada específico aos professores desta modalidade de ensino, inspirada na obra de Paulo Freire, tem a finalidade a qualificação docente na EJA, com vistas à transformação social e fortalecimento do compromisso ético e político com os sujeitos historicamente excluídos (PAULO E KAEFER, 2026 p.2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este artigo teve como objetivo investigar a relevância das políticas públicas implantadas para Educação de Jovens e Adultos desde a década de 60 analisando como tais perspectivas políticas incidiram sobre a formação continuada de professores desta modalidade de Ensino. A partir da análise bibliográfica e documental, infere-se que assim como foi tratado os jovens e adultos de forma secundária no processo educacional a formação de professores desta modalidade de ensino também, evidenciados pela precarização do trabalho docente, trabalho voluntariado, políticas públicas descontinuadas e o caráter universalista e generalista dos modelos de formação de educadores.

A sociedade brasileira marcada historicamente desde o período colonial pela inexperience democrática por meio do silenciamento do povo, tem nos movimentos de Educação Popular a possibilidade de emersão e desenvolvimento da consciência crítica, por meio do trabalho com adultos, considerando o seu contexto social e estabelecendo um caráter de ensino emancipatório, onde o ato de educar torna-se também um ato político ao integrar esse sujeito de direito. Mas tal perspectiva é interrompida com o regime militar, e apenas no ano de 2024 com o Pacto EJA, essa concepção de Educação Popular é considerada nesta modalidade de ensino tanto no âmbito dos educandos quanto à formação dos professores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; MACHADO, Márcia Alves de Carvalho. **Políticas de formação de formadores para educação de jovens e adultos (EJA) no Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 65-82, jan./jun. 2016. DOI: 10.31639/rbpfp.v8i14.133.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF, 1967.

BRASIL. **Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985**. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências. Brasília, DF, 1985.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília, DF, 1996

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003**. Cria o Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024**. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2020.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e as políticas de currículo e formação de professores para a Educação Básica no Brasil.** Revista Educação e Políticas em Debate, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2025. DOI: 10.14393/REPOD-v14n2a2025-76910.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil: informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina e Caribe.** São Paulo: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONÇALVES, Kamila da Silva. **Programa Brasil Alfabetizado: uma análise crítica. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação)** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Educação, Câmpus Goiânia, Goiânia, 2024.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108–130, maio/ago. 2000. Disponível em: [SciELO](#). Acesso em: 05 jul. 2026.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. **Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia.** Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>

PAULO, Fernanda dos Santos; KAEFER, Maria Teresinha Verle. **Política de Formação docente em serviço e Educação Popular: o Novo Pacto pela EJA.** Revista Poíesis Pedagógica, Catalão/GO, v. 24, e2026004, 2026. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v24>.

REDE EJA E INCLUSÃO PRODUTIVA. **População de 15+ fora da escola, demanda potencial por EJA e transições para o trabalho: diagnóstico e evidências para políticas públicas:** relatório nacional. São Paulo: Rede EJA e Inclusão Produtiva, 2026. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/publicacao/populacao-de-15-fora-da-escola-demanda-potencial-por-eja-e> . Acesso em: 15 jul. 2026.

SOARES, Leônicio José Gomes (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica; SECAD-MEC; UNESCO, 2006.

SOARES, Leônicio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. **Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 251-268, out./dez. 2016.

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil**. 2012. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.